

Pedras que falam: ancestralidade da ocupação do território goiano e territorialização indígena atual

Tamiris Maia Gonçalves Pereira*
tamirismaia_19@hotmail.com

Lorraine Gomes da Silva**
lorrannegomes@gmail.com.

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo evidenciar a ancestralidade de ocupação humana no território goiano. Para isso serão destacadas as profundas relações existentes entre os povos indígenas e o ambiente do Cerrado, que por milênios se reconstróem e rearticulam suas relações interétnicas e espaciais com diferentes grupos socioculturais, fauna e flora local. O levantamento bibliográfico é a base metodológica dessa análise, sobretudo, no que tane as pesquisas arqueológicas que corroboraram com esses dados, desde a década de 1970, para a compreensão da ancestralidade e complexidade de ocupação humana em Goiás. Por fim, a discussão apresenta os povos atuais que vivem em Terras Indígenas em Goiás como prováveis descendentes de povos do Cerrado do passado.

PALAVRAS CHAVE: Povos Indígenas atuais de Goiás; Histórico das pesquisas arqueológicas em Goiás; Arqueologia de Goiás.

Introdução

No presente artigo apresentaremos um breve panorama histórico das pesquisas arqueológicas em Goiás, especialmente da década de 1970, quando iniciam as principais investigações sobre as áreas de ocupação humana do passado. Deste modo, objetivamos destacar possíveis antigos territórios de ocupação em Goiás que podem indicar áreas em que circularam os ancestrais dos povos indígenas do presente: Karajá, Tapuia e Avá-Canoeiro.

* Doutora em História pela Universidade Federal de Goiás - UFG. Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Especialista em História Cultural pela Universidade Federal de Goiás – UFG. Bacharel em Arqueologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás e Licenciada em História pela Universidade Estácio de Sá.

** Professora Titular da Universidade Estadual de Goiás, Campus Cora Coralina do curso e mestrado em Geografia (PPGEO). É doutora em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG), Instituto de Estudos Socioambientais (IESA, 2016).

A arqueologia buscou organizar cronológica e contextualmente os dados obtidos em trabalhos de campo, realizados por pesquisadores da UCG¹ e UFG, e realizar inferências indutivas a respeito dos povos pré-coloniais. Realizou estudos em momentos em que a História ainda não se preocupava em se aprofundar sobre o passado longínquo dos povos indígenas em Goiás. Assim, no presente artigo buscaremos evidenciar essa ancestralidade e complexidade de ocupação humana, e ainda, evidenciaremos o quadro atual dos povos que vivem em Terras Indígenas goianas, prováveis descendentes de povos do Cerrado do passado.

Dados arqueológicos sobre os povos de Goiás²

As pesquisas arqueológicas realizadas em Goiás deram suporte às interpretações sobre a ocupação humana no interior do Brasil, ocorrida entre o fim do Pleistoceno³ e início do Holoceno. É possível afirmar que a sistematização dessas pesquisas se inicia na década de 1970, quando pesquisadores da Universidade Católica de Goiás (UCG) e Universidade Federal de Goiás (UFG), influenciados pelo método norte-americano de Betty Meggers e Clifford Evans⁴, desenvolveram projetos para a elaboração de um quadro cronológico e espacial das ocupações pré-históricas na região.

Este método chamado de quantitativo, oriundo da Arqueologia Processual ou Nova Arqueologia, já era empregado no Programa Nacional de Pesquisa Arqueológica (PRONAPA), ocorrido entre 1965 e 1971 (MELLO; VIANA, 2006). Entre 1972 e 1985, a Universidade Católica de Goiás desenvolveu o Programa Arqueológico de Goiás, subdividido em oito Projetos (Paranaíba, Alto Araguaia, Complementar Centro-Sul, Alto-Tocantins, Serra Geral, Médio Tocantins, Ilha do Bananal e Extremo Norte) (BARBOSA, 2002).

¹ Hoje Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC - Goiás.

² Goiás pode ser compreendido como uma delimitação geográfica didática, uma vez que para as populações arqueológicas não existiam fronteiras político-territoriais como as conhecemos hoje. Além disso, diversas pesquisas arqueológicas sistemáticas ocorreram antes de 1989, período em que o Estado de Tocantins ainda fazia parte do Estado de Goiás.

³ O Pleistoceno corresponde ao período geológico iniciado há 30.000 anos A.P. e finalizado há aproximadamente 12.000 anos A.P., intervalo em que ocorreram grandes glaciações no planeta Terra. O Holoceno foi iniciado há aproximadamente 12.000 anos A.P., quando houve a última glaciação e o gradual “aquecimento” da Terra. Compreende o momento em que nos encontramos no presente.

⁴ De acordo com Barreto (2010), no Brasil, quando o casal Meggers e Evans iniciam trabalhos na foz do rio Amazonas, no final da década de 1940, baseiam-se na construção tipológica (tipos padrão) e quantitativa para a classificação da cerâmica arqueológica, tendo como fim a definição de cronologias e localização geográfica de ocupação humana. Este método influenciou muitos projetos arqueológicos no Brasil, até pelo menos o final da década de 1980.

Neste mesmo período, a Universidade Federal de Goiás (UFG), desenvolveu os Projetos de Levantamento e Cadastramento dos Sítios Arqueológicos do Estado de Goiás; Anhanguera e; o Programa Paranã. As duas instituições tinham por objetivo elaborar quadros cronológicos e espaciais das culturas pré-históricas utilizando prospecções em áreas onde havia indícios arqueológicos (MELLO; VIANA, 2006). É durante esse período também que a Carta Arqueológica de Goiás foi produzida, publicada pela primeira vez no ano de 1972, por pesquisadores da UFG. O IPHAN a reconheceu como mapa orientador oficial para a região, e quando foi emancipado o Estado de Tocantins, houve a reordenação da Carta Arqueológica, republicada em 2009 (LIMA, 2009).

De modo geral, essas pesquisas resultaram em informações importantes sobre a pré-história regional⁵ (MELLO; VIANA, 2006). Os dados arqueológicos apresentam datações absolutas bastante recuadas, mas também datações muito próximas ao período de colonização europeia, sendo possível a realização de associações entre os povos do passado e os atuais habitantes indígenas. Mesmo visto como frágil e problemático pelos pares em períodos posteriores, esse trabalho permitiu a construção de quadros ocupacionais genéricos dos povos do Centro-Oeste Pleistocênico e Holocênico.

Diversos sítios indicaram a ocupação humana em vales com grandes rios, que auxiliaram o deslocamento e ocupação do interior do Brasil, em uma dinâmica chamada de “modelo fluvial” pelos pesquisadores.

A ocupação inicial do território goiano teria ocorrido entre doze mil e onze mil anos A.P., em áreas de Floresta Tropical e Cerrado, nas quais caçadores-coletores da Tradição Itaparica⁶ desenvolveram estratégias de ocupação e deixaram vestígios, como indústrias líticas e arte rupestre (BUENO; DIAS, 2015). Já no início do Holoceno a ocupação humana se expandiu, ampliando seus territórios, pois as paisagens já eram familiares. É neste momento que ocorre a ocupação humana efetiva do interior do Brasil (BUENO; DIAS, 2015).

⁵ Na arqueologia pré-histórica ou pré-colonial, as sequências cronológico-espaciais de ocupação humana, denominadas de caçador-coletor e agricultor-ceramista, foram e ainda são usadas em diversos estudos. A continuidade do uso desta forma de classificação, da década de 1990 em diante, representou a liberdade de sua adoção nas pesquisas. Normalmente, os povoamentos humanos sequenciados eram classificados em Tradições e Fases de ocupação, localizados e distribuídos em espaço e tempo.

⁶ Tradição Arqueológica pré-cerâmica, localizada predominantemente na região Centro-Oeste do Brasil, em que são presentes vestígios líticos plano-convexos.

De acordo com Oliveira e Viana (1999-2000), os grupos caçadores-coletores do Centro-Oeste ocuparam áreas de planalto, tendo preferência por regiões de vegetação aberta. A Tradição Itaparica, caracterizada pela presença de instrumentos líticos (rochas e minerais), foi estabelecida para sítios da região Nordeste de Mato Grosso e Sudeste de Goiás, localizados em abrigos sob rocha. Esta mesma Tradição foi dividida em duas Fases de ocupação: Paranaíba e Serranópolis. Na primeira Fase foram encontrados vestígios líticos plano-convexos (conhecidos como “lesmas”) e restos alimentares tais como ossos de aves, mamíferos, répteis, peixes e frutos de palmáceas; e na segunda Fase, Serranópolis, ocorrida a partir de 9.000 anos A.P., foram encontrados vestígios líticos pouco acabados e restos alimentares, predominando frutos e vegetais do cerrado, baixa quantidade de caça e presença de moluscos terrestres.

De acordo com Schmitz (1987), esta transição de Fases é atribuída principalmente às adaptações climáticas destes agrupamentos humanos. Nos níveis estratigráficos mais próximos à superfície, foi constatada a presença de vestígios cerâmicos e de restos alimentares resultantes do cultivo, que, segundo Schmitz (1987), vão aparecer associados a grupos agricultores e ceramistas por volta de 1.000 anos A.P.

Entre as interpretações possíveis, há aquelas que supõem a permanência dos grupos caçadores-coletores no ambiente das grutas e abrigos de Goiás, desenvolvendo em períodos posteriores a atividade de agricultura. Há também a hipótese de que novos grupos agricultores tivessem chegado à região e ocupado estas mesmas áreas de gruta, desenvolvendo a produção de cerâmica (OLIVEIRA; VIANA, 1999-2000).

A presença de grupos agricultores e ceramistas em Goiás está representada por quatro Tradições arqueológicas principais: Una, Aratu, Uru e Tupiguarani. Os grupos da Tradição Una habitavam as margens do Rio Paranã, localizado nos Estados de Goiás e Tocantins, por volta de 1.000 anos A.P. Preferiam áreas com relevo acidentado e predominância de vegetação de Cerrado (OLIVEIRA; VIANA, 1999-2000).

No sudeste de Goiás, alguns sítios arqueológicos da Tradição Una indicam o cultivo de milho, abóbora, amendoim, cabaça e algodão (MELO; VIANA, 2006), mas ainda associado à intensa coleta de vegetais, caça e apanha de moluscos. As cerâmicas apresentam-se normalmente em forma de recipientes pequenos, como tigelas e pequenas panelas

(OLIVEIRA; VIANA, 1999-2000). O possível desaparecimento ou absorção destes grupos ocorreu frente à expansão das “grandes aldeias”, associadas às Tradições Aratu e Uru.

Os grupos da Tradição Aratu, em Goiás, ocuparam os afluentes das Bacias do Tocantins, do Paranaíba e do Araguaia, desde 1.000 anos A.P. Preferiam áreas com relevo suave, vegetação de mata e raramente de Cerrado (OLIVEIRA; VIANA, 1999-2000). Frequentemente os Aratus são associados a povos do tronco linguístico Macro-Jê, e especulava-se que seus descendentes seriam povos Kayapó. As manchas de ocupação no solo dos sítios arqueológicos levaram os pesquisadores a identificarem o formato de suas aldeias como anulares ou circulares. Dentre os produtos de subsistência, destacam-se o milho, feijão, tubérculos, caça e frutos oriundos da coleta (OLIVEIRA; VIANA, 1999-2000; MELO; VIANA, 2006). Sua indústria cerâmica era, em grande parte, de vasilhames piriformes, esféricos ou elipsoides grandes, que comportavam dezenas e centenas de litros ou quilos de alimentos. A presença de rodela de fuso indica a existência de atividade têxtil; carimbos e cachimbos indicam atividades rituais. Além do material cerâmico, foram encontrados instrumentos líticos, tais como quebra cocos, lâminas de machado polida, martelos, mãos de pilão e tembetás (ornamento labial) (OLIVEIRA; VIANA, 1999-2000).

Os representantes da Tradição Uru ocuparam o vale do Araguaia, o Sudeste do Mato Grosso e o alto Tocantins, entre 1.300 e 800 anos A.P. Alguns sítios arqueológicos dessa Tradição foram associados a ocupações de descendentes dos atuais povos indígenas *Iny* em Goiás e a povos indígenas *Boe* (Bororo) no Mato Grosso (WÜST, 1975). Vestígios arqueológicos, tais como fragmentos de vasilhames cerâmicos, foram os principais elementos que propiciaram essa associação: pratos para produção de beijus e vasilhames para produção de mingaus de milho e/ou armazenamento de grãos. A disposição espacial dos vestígios arqueológicos nos sítios era linear, próximas a rios, podendo indicar unidades habitacionais.

Seus assentamentos eram realizados também na margem de lagos ou córregos, em ambientes abertos de planície e vegetação de Cerrado (OLIVEIRA; VIANA, 1999-2000). As atividades de caça e coleta complementavam a dieta. Produziam vasilhames em forma de pratos assadores, tigelas rasas e jarros, característicos do trabalho com a mandioca (beijus e bebidas fermentadas). Acredita-se também que os povos proto-Karibe, Aruák e Tupi tenham

migrado para a região Centro-Oeste sendo povos que, provavelmente, deram origem à Tradição Uru.

A Tradição arqueológica Tupiguarani é associada aos povos linguisticamente denominados de Tupi-Guarani, originários da Amazônia. Ao migrarem para o Centro-Oeste, pressionaram e sofreram pressões territoriais de grupos ocupantes da região. A existência de poucos vestígios cerâmicos Tupiguarani ou a presença de sítios em topos de morros elevados demonstra estratégias defensivas, fusões ou empréstimos, resultantes de interações.

O Planalto Central seria rota de deslocamento dos povos Guarani e Tupinambá no período colonial. Esses seriam possíveis descendentes dos grupos da Tradição arqueológica Tupiguarani (OLIVEIRA; VIANA, 1999-2000). Os representantes dessa Tradição ocuparam os atuais territórios de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, predominantemente na Bacia do Paraná. Preferiam áreas de Mata de galeria e Cerrado próximas a grandes rios com presença de abrigos, provavelmente buscando proteção contra os ataques de outros grupos ou para o mapeamento territorial. Apresentavam indústria cerâmica com presença de decorações plástica e pintada, predominando recipientes como vasos rasos e planos, associados ao processamento de mandioca. Sua indústria lítica apresentava materiais lascados com técnicas de polimento (OLIVEIRA; VIANA, 1999-2000). As investigações apontam, ainda, que há pelo menos 900 anos, esses grupos ocupavam áreas do Xingu e eram ascendentes dos povos linguisticamente denominados Aruák⁷ (OLIVEIRA; VIANA, 1999-2000).

Além dos vestígios cerâmicos e líticos, não podemos deixar de mencionar a presença de arte rupestre como manifestação dos grupos humanos que viveram na região de Goiás. As pinturas rupestres estão concentradas na região de Serranópolis e Caiapônia e os petroglifos⁸ concentram-se nos municípios de Jussara, Itapirapuã, Serranópolis, Caiapônia, Jaraguá e Mara Rosa (OLIVEIRA; VIANA, 1999-2000; MELO; VIANA, 2006). Os significados da produção parietal não são claros, porém suas possíveis interpretações auxiliam na compreensão das ocupações de caçadores-coletores e agricultores-ceramistas do passado.

⁷ A identificação de vestígios arqueológicos não garante a descoberta absoluta de todas as origens socioculturais que permeiam a produção dos mesmos, mas por analogia, utilizando-se de métodos da etnoarqueologia, é possível (em alguns casos) nos aproximarmos da sua origem e, portanto, identificar as filiações étnicas e linguísticas dos vestígios.

⁸ “Desenho gravado em rocha, podendo ser colorido ou não. Os petroglifos podem ser elaborados por polimento, picoteamento, raspagem ou corte” na rocha (SOUZA, 1997, p. 99).

Povos indígenas de Goiás em 2021: Karajá, Tapuia E Avá-Canoeiro

A importância socioambiental e arqueológica do Cerrado pode ser melhor percebida quando observamos a presença de diferentes povos e comunidades que compõem essa grande riqueza cultural, não apenas no passado, mas também na atualidade. Desde tempos pretéritos, esse bioma abriga diferentes culturas, que estabelecem relações de contato e interações entre si. De acordo com dados da FUNAI (2018), no Brasil há 732 Terras Indígenas (TI), estando aproximadamente 100 nas áreas de Cerrado, totalizando 80 povos diferentes.

Estimava-se em Goiás a presença de mais de 20 povos indígenas no século XVIII. O levantamento arqueológico apresentado retratou com clareza a presença e os deslocamentos desses povos na região Centro-oeste do Brasil. Depois de séculos de extermínio, existem no território goiano apenas três Terras Indígenas em 2021: do povo Karajá, no município de Aruanã (três áreas descontínuas), do Avá-Canoeiro, entre os municípios de Minaçu e Colinas do Sul, e do povo Tapuia, nos municípios de Rubiataba e Nova América (duas áreas descontínuas).

Além dessas Terras Indígenas em Goiás, há presença de outros povos que vivem em cidades como os Xavante, Kamayurá, Xinguanos, Chiquitanos, Tapirapé e outros. Nos próximos parágrafos, tentaremos abordar aspectos sobre a área de ocupação dos povos indígenas na atualidade, a sua possível ancestralidade, o modo como seus territórios foram reduzidos ao longo do tempo e a importância de conhecê-los para que suas lutas sejam cada vez mais efetivas.

Povo Karajá

O povo indígena Karajá se autodenomina *Iny*, cujo significado corresponde a “nós” ou “nós mesmos”. O nome Karajá é de origem Tupi, cujo significado aproxima-se de “macaco grande” (ISA, 2015). De acordo com Rodrigues (1999), pertencem ao tronco linguístico Macro-Jê e dividem-se em três línguas: Karajá (GO/MT), Javaé (TO) e Xambioá (TO). Segundo dados do IBGE (2010), o povo Karajá soma aproximadamente 3.000 indígenas que vivem em cerca de 29 aldeias espalhadas ao longo do vale do rio Araguaia e afluentes. O maior quantitativo de aldeias localiza-se na Ilha do Bananal, Tocantins.

Abordaremos apenas o povo indígena Karajá que vive no estado de Goiás, precisamente no município de Aruanã. A Terra Indígena é fragmentada em 3 porções

descontínuas e foi homologada no ano de 2000. As TI – I e III estão no estado de Goiás e a II está localizada na divisa entre Goiás e Mato Grosso. Na TI-I, de acordo com dados da SESAI (2016), 160 pessoas habitam a aldeia *Buridina* que fica no centro da cidade. Na TI – III, 85 pessoas vivem na aldeia *BdèBuré* distante 12 km da cidade, e na TI – II os Karajá tem utilizado o espaço para coleta, criação de animais, caça, trilhas ecológicas, entre outras atividades.

O eixo condutor da cosmovisão e reprodução sociocultural do povo Karajá é o Rio Araguaia. A história de origem desse povo conta que vieram do fundo desse rio. Nesse contexto, Lima (2010) ressalta que as múltiplas relações com o rio Araguaia foram construindo os diversos vínculos identitários presentes no modo de vida indígena. Por isso, mais que sustento, o Araguaia representa tanto a origem do povo como a extensão da própria existência. É deste rio que vem grande parte do sustento material dos Karajá e seu curso tem mantido o povo na região até os dias de hoje.

Aruanã está no Vale do Araguaia, uma região altamente propícia para o Turismo que atrai muitas pessoas, sobretudo nas altas temporadas (julho-agosto). É uma cidade com aproximadamente 10 mil habitantes que ao longo do ano é reorganizada para atender a demanda turística.

Nessa visão antagônica do uso do Rio Araguaia, para o turismo ele é mercadoria, fonte de lazer, da pesca, dos acampamentos, dos passeios de barco; já para o povo Karajá ele é o elemento fundamental para vida. E assim, registra-se um dos atores da pressão sofrida por esse povo. Aos poucos, a cidade foi invadindo a aldeia, reduzindo o território Karajá e, sem planejamento e respeito à vida indígena, o turismo invadiu tudo e impôs sua lógica, sem direito de escolha.

Em nome do Turismo, construiu-se um guarda-barcos em cima do cemitério tradicional Karajá; existe na TI a casa de um turista e do prefeito, além de uma escola. Aqui está claro que o mesmo Estado que protege os direitos desses povos, é também aquele que permite essas e tantas outras invasões.

Outro problema que assola o povo Karajá, sobretudo na TI-II, é a criação de gado. Aruanã é um dos municípios goiano com maior rebanho de gado de corte, e sem cercas nem porteiras, esse gado tem invadido a TI, acabando com as nascentes, pisoteando e destruindo a pequena mancha de Cerrado que ainda existe.

Desse modo, Silva; Lima e Souza (2018) destacam que as conquistas legais não se concretizaram em conquistas efetivas na garantia dos direitos territoriais dos Karajá. Interesses econômicos continuam usurpando o direito à vida e prejudicando o uso dos territórios indígenas em Aruanã, à medida que ressignificações socioculturais são intensificadas. Os Karajá de Aruanã inserem-se, portanto, em um contexto de interesse maciço do capital. Pela via do turismo e da pecuária, as relações econômicas e políticas incidem com força, transformando a paisagem do vale do Araguaia, bem como a rotina da vida indígena.

Muitos problemas se intensificaram na vida indígena Karajá em 2021, como consumo de drogas ilícitas, alcoolismo, suicídio, prostituição, conflitos familiares, cisões internas de lideranças, enfraquecimento da língua indígena, falta de trabalho, ausência de políticas públicas adequadas à realidade indígena, entre tantos outros. Entretanto, os indígenas resistem. Buscam estratégias de vivência; de reprodução da cultura; do artesanato; das danças; da comida; das pinturas. Nesse sentido, o museu *Maheri*, a Associação *Aftwii Iny* e a Educação Escolar Indígena são ferramentas de fortalecimento sociocultural importantes para os Karajá.

Povo Tapuia

No Noroeste do Estado de Goiás está o povo Tapuia, nome genérico utilizado pelos colonizadores para designar povos que foram aldeados, separando-se de suas identidades étnicas. Eram “os outros”, “os que restaram”, “os Tapuia”, nome que marca um verdadeiro etnocídio. Essa realidade foi fruto das políticas de aldeamento que ocorreram durante a colonização do Brasil, e foram cruciais para redefinir e reconfigurar vários elementos das culturas indígenas, como dos Tapuia. As reestruturações e a resistência desses povos agrupados de maneira forçada, são marcos de lutas e fugas para sobreviver.

Além de ter provocado uma ressignificação da cultura dos Tapuia, a política de aldeamento do período de colonização deixou marcas indeléveis, como ressalta Moura (2006, p. 25):

Os Tapuia são o produto de uma política de aldeamento, e como tal, ressentem ainda hoje as consequências dos processos de pacificação, dominação e deculturação. Desde a data de criação do Aldeamento do Carretão, em 1788, que aqueles povos Xavante, Xerente, Kayapó, Karajá, negros escravos fugidos e brancos pobres, deram início ao longo, violento, desrespeitoso e agressivo processo de surgimento de um povo. Logo,

para os Tapuia, o aldeamento representou o seu nascimento, a sua origem mitológica, a sua etnogênese.

Para Silva, Lima e Souza (2018) essas marcas também são resultantes dos conflitos pela terra com os fazendeiros da região, que negavam a presença dos indígenas para facilitar a apropriação da terra. Inclusive, a língua falada pelos Tapuia, o português, foi um argumento utilizado pelos fazendeiros para também negar a identidade indígena. Apesar de alguns estudos afirmarem que os Tapuia não têm língua própria, eles defendem que têm sim: o português Tapuia. Para Oliveira (2000), uma das consequências da trajetória Tapuia é a descaracterização étnica, que lhes legou a necessidade de repetidas vezes reafirmarem suas origens.

Em Goiás, o povo Tapuia localiza-se na Terra Indígena Carretão, hoje situada entre a Serra Dourada e o rio São Patrício (ou Carretão), nos municípios de Rubiataba e Nova América. A Terra Indígena Carretão é composta por duas áreas não contínuas chamadas glebas: gleba 1, subdividida em área 1-A, localizada no município de Nova América, e área 1-B, localizada no município de Rubiataba, que totalizam 1.666 hectares; a gleba 2 está localizada no município de Nova América, com uma área de 77 hectares. As duas glebas perfazem um total de 1.743 hectares.

A TI Carretão foi homologada em 1990 e, não obstante os anos de luta, ainda não tem garantia da ampliação. A demarcação da TI do povo Tapuia é muito contestada por eles, inclusive tramita em 2021 na Justiça um pedido de reparação da área que ficou de fora da demarcação atual e faz muita diferença para vida desse povo, já que nela sem encontram cemitérios tradicionais e regiões de deslocamentos ancestrais.

A Terra Indígena Carretão é cortada por vários córregos, o que a torna abundante em água. Contudo, exige ações mais eficazes para abastecer as residências e as roças. A região é serrana, com Cerrado *stricto sensu* e Cerradão, que constituem a vegetação natural. Em relação ao relevo, possui muitos aclives e declives. Os tapuios realizam cultivo de hortas, criação de animais, fabricação de farinha, produção de leite e outras atividades como a pesca, a coleta de frutos e a caça de animais.

Estudos de Silva, Lima e Nazareno (2020) revelaram que o entorno da TI está muito comprometido já que a região é também destaque na produção pecuária do estado, com grandes latifúndios que cercam a TI. Os autores afirmam na página 22 que:

O pisoteamento do gado causa rupturas hidrogeológicas, o que dificulta o processo de absorção de água e o seu retorno à superfície por afloramento. É justamente a pastagem dentro e no entorno do território, um dos maiores problemas enfrentados pelo povo Tapuia.

Há muitos desafios para o povo Tapuia, tais como garantir atividades que deem condições de subsistência das famílias sem ter que sair do território, bem como garantir a Educação Escolar Indígena na aldeia. Em 2004, pela Lei 14.812, de 06 de julho, criou-se a Escola Estadual Indígena Cacique José Borges. A escola indígena tem um valioso papel, pois contribui para o fortalecimento cultural e identitário desse povo, sobretudo no que se refere à autonomia e gestão de suas terras e recursos.

Povo Avá-Canoeiro

O povo indígena Avá-Canoeiro tem sua história marcada por extermínios e a quase extinção da etnia. Para Rodrigues (2013, p. 01): “O histórico dos Avá-Canoeiro e sua situação atual podem ser considerados como um dos mais dramáticos exemplos de opressão vivida por um povo indígena em solo brasileiro”. Os primeiros registros sobre os Avá-Canoeiro são do final do século XVIII. Barbosa *et. al.* (2014) consideram a presença contínua por cerca de 600 anos dos Avá-Canoeiro às margens do rio Claro e Araguaia, em Goiás. Essa afirmação é corroborada pelos dados arqueológicos apresentados acima, a respeito dos povos portadores da Tradição arqueológica Tupiguarani.

O povo Avá-Canoeiro pertence à família linguística Tupi-Guarani, do tronco Tupi. Para Borges (2006, p. 26), o Avá-Canoeiro “é uma língua altamente ameaçada de extinção, devido ao reduzido número de falantes, e praticamente sem documentação disponível e estudos feitos”. Portanto, a partir de 2016 com a “criação” da extensão Escolar Indígena *Ikatoté*, espera-se que a língua indígena seja fortalecida como também outros elementos socioculturais dos Avá-Canoeiro.

O termo “*awã*” na língua Avá-Canoeiro significa “gente”, “pessoa”, “ser humano”, “homem adulto”. O cognome “*canoeiro*” deve-se à habilidade para navegar canoas e *ubás*⁹ pelas correntezas dos rios. De acordo com Silva (2005, p.16), “os Avá-Canoeiro autodesignam-se *awã*, ‘gente’, em oposição a *maira*, ‘não-indígena’”. Silva (2005) ressalta ainda que,

⁹ Tipo de canoa usada entre povos indígenas brasileiros, talhada em casca de árvore ou escavada a fogo.

organizados em aldeias, os Avá-Canoeiro mantinham uma forte relação com os rios, deslocando-se com facilidade por eles, além de fazerem da pesca uma prática cotidiana.

Entre as estimativas demográficas mais antigas sobre esse povo, destaca-se a de Toral (1984), que afirma a existência de trezentos guerreiros. Os estudos de Moura (2006, p. 122) indicam um dado aproximado com o de Toral, afirmando que: “Antes da colonização do Brasil Central, os Avá deveriam ter aldeias com população não muito grande, possivelmente de 250 a 300 habitantes”, na região Goiás-Tocantins.

Silva (2026) afirma que eram temidos porque resistiam e reagiam bravamente à dominação colonizadora que lhes era imposta. Reagiam aos não-indígenas, aos povos indígenas que consideravam inimigos e a todos aqueles que tinham como propósito a ocupação de suas terras e aliciamiento em aldeamentos oficiais. Desde então, passaram a ser perseguidos e massacrados. Depois dos massacres sofridos e de todo o processo de dispersão espacial, atualmente, os Avá-Canoeiro estão divididos em duas famílias: uma habitando a bacia do Rio Araguaia, em Tocantins, e outra habitando a bacia do Rio Tocantins, em Goiás. Os estudos de Rodrigues (2012) mostram que a separação histórica entre as duas famílias sobreviventes do povo Avá-Canoeiro é de aproximadamente 180 anos¹⁰, a partir de relatos históricos e da biografia de migrações recentes pelos Avá-Canoeiro do rio Araguaia e do povo Javaé. Neste sentido, os Avá-Canoeiro do rio Araguaia não veem mais uma origem comum junto aos Avá-Canoeiro do rio Tocantins¹¹.

Portanto, em 2021, os Avá-Canoeiro da Ilha do Bananal consideram extremamente importante a realização de intercâmbios para aproximação das famílias, trocas de saberes socioculturais e fortalecimento linguístico. O que falta para uma maior efetivação dos intercâmbios e que sejam contínuos, são projetos, políticas públicas adequadas e apoio da FUNAI e de Furnas.

É sabido que os conflitos e os massacres que se sucederam em Goiás a partir da década de 1950, liderados por fazendeiros, foram responsáveis por uma quase dizimação dos Avá-Canoeiro. Destaca-se o que ocorreu aproximadamente no final da década de 1960 na

¹⁰ Ao considerar esse tempo de separação entre os grupos, de aproximadamente nove gerações, não se sabe, ao certo, se viveram juntos o tempo nas aldeias e como eram as formas de parentescos dos grupos.

¹¹ Ver a Tese de Silva (2016).

região da Mata do Café, com apenas 4 sobreviventes. Foi apenas em 1983, depois de muitas tentativas de contato realizadas pela FUNAI e de aproximadamente vinte anos em fugas nas áreas de Cerrado, que os Avá-Canoeiro fizeram contato com um morador local¹². Logo, foram instalados na Terra Indígena Avá-Canoeiro (com 38 mil hectares) ao norte de Goiás, na margem esquerda do rio Tocantins, a 14 km da Usina da Serra da Mesa e a 10 km da Usina Hidrelétrica de Cana Brava. Em 2021, são registrados 08 Avá-Canoeiro em Goiás¹³.

Segundo Silva (2016), a Usina Hidrelétrica (UHE) de Serra da Mesa é a maior do Brasil em volume de água, formando um lago que ocupa uma área de 1.784 Km² e inunda parte de 8 municípios goiano. Além dos danos e impactos ambientais locais advindos da construção dessa usina, o lago inundou 10% da T.I Avá-Canoeiro. Em compensação à “invasão” criou-se os convênios de Furnas (administradora da UHE) com a FUNAI, pautados no Programa Avá-Canoeiro (PAAC), no repasse em Royalties (PCIAC) e no PACTO (Programa Avá-Canoeiro do Tocantins). Os convênios somados têm valor aproximado de seis milhões de reais, geridos pela FUNAI. Silva (2016) afirma também que, apesar de milionária, a família Avá-Canoeiro de Goiás sofre com a tutela da FUNAI a negação de sua autonomia e, sobretudo, na gestão de seus recursos (SILVA, 2005). Sobre a tutela, os estudos de Silva (2005), são essenciais.

Contudo, mesmo com um território vasto, é comum o uso de recursos de suas terras e invasões ilegais por fazendeiros, posseiros e pessoas de cidades próximas, como também por lavradores, turistas, caçadores, pescadores, carvoeiros, garimpeiros e outros. O garimpo ilegal é um tema que exige estudo diante do governo e cenário atual do Brasil. Deste modo, ainda são desafios para os Avá-Canoeiro reproduzir a vida e a cultura com uma população diminuta, sendo “controlada e vigiada” pela FUNAI e negociada por Furnas, fortalecer a língua e a cultura, manter a escola indígena e ter autonomia.

Considerações

¹² Compreende-se que a família Avá-Canoeiro de Goiás viveu pelo menos três fases distintas em contextos tempo-espaciais singulares: “*singrar rios*” se refere aos deslocamentos pelos rios e o tempo das aldeias no pré-massacre da mata do café (até a década de 1960); “*morar em cavernas*”, se refere ao período de fugas pelo Cerrado do norte goiano no pós-massacre (1960 até 1983) e o “*furar jatóka*” se refere à memória e atualização dos processos relacionados à cultura material no período em Terra Indígena (de 1983 até 2017)¹², ver tese de Silva (2016).

¹³ Niwatima Avá-Canoeiro casou-se com um índio Tapirapé (Parazinho) e com ele teve três filhos (Pantxeo, W’iroi e Kaugu).

Sabemos que a base de dados arqueológicas da década de 1970 impôs um modelo generalista. Em busca de um caráter científico dos objetos pretéritos, os homens e mulheres do passado foram “objetificados”. Contudo, ainda é possível perceber que podemos visualizar a territorialização dos povos indígenas do passado e a ancestralidade dos atuais habitantes do território goiano, esses que clamam pela (re)territorialização de suas áreas.

Mesmo que estes dados materiais tenham sido identificados, classificados, analisados e apropriados pelos pesquisadores, carregam uma porção de falas que nunca poderão ser compreendidas. “Dar voz” aos vestígios é uma missão que possui certa dose de decolonialidade, na medida em que os vestígios “falam”, dizendo quem são os primeiros “donos” das terras, quem primeiro as habitou e transformou e resiste aos descasos da atual política nacional. E, quando esses vestígios são apropriados pelos atuais povos indígenas moradores da região, transformam-se em elos que permitem o fortalecimento identitário.

A importância dos povos indígenas Tapuia, Karajá e Avá-Canoeiro e de suas terras para o território goiano é indiscutível. Elas guardam muitas riquezas e protegem a biodiversidade do Cerrado que ainda resta em Goiás. Os desafios que cada povo tem são peculiares desde o período do contato e continuam sendo, sobretudo nas questões que tangem ao território. Contudo, a educação escolar indígena tem sido uma ferramenta importante na atualidade para o fortalecimento sociocultural desses povos e reivindicação de suas terras. Ela tem sido a verdadeira arma com a qual a luta se torna efetiva na atualidade.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, Altair Sales. Introdução. *Andarilhos da claridade: os primeiros habitantes do Cerrado*. Goiânia: Universidade Católica de Goiás. Instituto do Trópico Subúmido, 2002, p. 36-64.

BARBOSA, Altair Sales; SCHMITZ Pedro Ignácio; Antônio NETO, Teixeira; GOMES Horieste. *O piar da Juriti pequena: narrativa ecológica da ocupação humana do Cerrado*. Goiânia: PUC - Goiás, 2014.

BARRETO, Mauro Vianna. *Abordando o passado: uma introdução à arqueologia*. Belém: Paka-tatu, 2010.

BUENO, Lucas; DIAS, Adriana. Povoamento inicial da América do Sul: contribuições do contexto brasileiro, *Estudos Avançados*, v. 29, n. 83, 2015, p. 119-147.

BORGES, Mônica Veloso. O estudo do Avá: relato e reflexões sobre a análise de uma língua ameaçada de extinção. *Revista Liames*, Campinas, n. 2, p. 85-104, 2006.

FUNAI. *Terras Indígenas no Brasil* (2018). Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/>>. Acesso: 17 de junho de 2021.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA, 2015). Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br>>. Acesso: 18.05.2021.

LIMA, Sélvia Carneiro de. *Os Karajá de Aruanã-GO e os Tori: O Cerrado goiano em disputa*. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, 2010.

MELLO, Paulo Jobim de Campos; VIANA, Sibeli Aparecida. Breve Histórico da Arqueologia de Goiás. In: MOURA, Marlene Castro Ossami de (Coord.). *Índios de Goiás: uma perspectiva histórico cultural*. Goiânia: Ed. da UCG/Ed. Vieira/ Ed. Kelps, 2006, p. 17-50.

MOURA, Marlene Castro Ossami de. *Aldeamento Carretão: “marco zero” da história das relações interétnicas dos Tapuios*. *Revista Dimensões*. v. 18. Editora do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) e do Núcleo de Pesquisa e Informação Histórica (NPIH) da Universidade Federal do Espírito Santo, 2006. Disponível em: <<http://www.ufes.br/ppghis/dimensoes.2006>>.

NAZARENO, Elias. História, tempo e lugar entre o povo indígena Bero Biawa Mahãdu (Javaé): a partir da interculturalidade crítica, da decolonialidade e do enfoque enativo. *Direitos humanos e pluriversalidade: conexões temáticas*. Curitiba: Editora Prismas Ltda., 2017, p.85-118.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de; VIANA, Sibeli Aparecida. O centro-oeste antes de Cabral, *Revista USP*, São Paulo, n. 44, p. 142-189, dez./fev., 1999-2000.

OLIVEIRA, R. Cardoso de. *O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever*. 2ª ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP, p. 17-35, 2000.

PEREIRA, T. M. G. (2020). *Saberes e Fazeres Javaé: estudo das práticas tradicionais alimentares indígenas, da década de 1990 a 2020*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia.

RODRIGUES, Aryon Dall'Ígna. *Línguas brasileiras para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola, 1985/1984.

RODRIGUES, Aryon Dall'Ígna. "Macro-Jê". In R. M. W. Dixon and Alexandra Y. Aikhenvald (eds.), *The Amazonian Languages*. Cambridge Language Surveys. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

SALERA JÚNIOR, Giovanni; MALVASIO, Adriana; GIRALDIN, Odair. Relações cordiais. *Ciência Hoje*, n. 39, v. 226, p. 61-63, 2006.

SESAI. *Secretaria Especial de Saúde Indígena*. Dados locais, não publicados, 2016.

SCHMITZ, Pedro Ignacio. Caçadores antigos no sudeste de Goiás, Brasil. *Estudios Atacameños*, n. 8, p. 17-37, 1987.

SILVA, Lorraine Gomes da. *A luta pela terra, a luta pela vida: a interveniência das Políticas Públicas no Território do Povo Indígena Tapuia em Goiás, Ateliê Geográfico*, Goiânia, v. 7, n. 3, 2013, p.164-187.

SILVA, Lorraine Gomes da. *Singrar rios, morar em cavernas e furar jatoká: ressignificações culturais, socioespaciais e espaços de aprendizagens da família Avá-Canoeiro do Rio Tocantins*. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Estudo Socioambientais – UFG, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2016.

SILVA, Lorraine, LIMA, Sélvia; SOUZA, Edevaldo. *Povos Karajá, Tapuio E Avá-Canoeiro: Desafios De (Re)Existência*. Revista. *Temporis[ação]*. ISSN 2317-5516. v.18, n.1, jan./jun. p. 146-171, 2018.

SILVA, Lorraine.; LIMA, Sélvia.; NAZARENO, Elias. *A importância da educação escolar indígena para o povo Tapuia, Goiás, Brasil: desafios e perspectivas*. *Élisée - Revista de Geografia da UEG*, v. 9, n. 2, p. e922017, 7 set. 2020.

SILVA, Cristian Teófilo. *Cativando Maira: a sobrevivência Avá-Canoeiro no Alto Rio Tocantins*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade de Brasília (UNB), Brasília, 2005.

SMITH, Linda Tuhiwai. *A descolonizar las metodologias: investigación y pueblos indígenas*. Tradução de Kathryn Lehman. 1ª edição. Santiago: Lom ediciones, 2016.

SOUZA, Alfredo Mendonça de. *Dicionário Arqueológico*. Rio de Janeiro: ADESA – Associação de Docentes da Estácio de Sá, 1997.

TORAL, André Amaral de. A Pintura corporal Karajá contemporânea. In: VIDAL, L. (Org.). *Grafismo indígena*. São Paulo: Edusp: Nobel, p. 191-208, 1992.

TORAL, André Amaral de. *Situação e perspectiva de sobrevivência dos Avá-Canoeiro*. Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ, 1984.

WÜST, Irmhild. A cerâmica Carajá de Aruanã. *Anuário de Divulgação Científica*, Goiânia, v. 2, n.2, p. 96 - 165, jun., 1975.